

Ordem dos Economistas quer reformas estruturais para diminuir impacto dos choques externos

A Ordem dos Economistas volta a apelar para a necessidade de levar a cabo reformas estruturais para minimizar a permeabilidade de Portugal a choques externos, dando como exemplo a redução do IRC e uma maior progressividade do sistema fiscal para aumentar a competitividade do país.

“Certamente que Portugal não é directamente culpado pelos choques externos da Covid-19. Porém, são as condições em que a economia se encontra no momento que antecede esses choques que determinam a entrada ou não numa crise mais ligeira ou mais severa”, refere a entidade presidida por Rui Leão Martinho, no relatório “Conjuntura macroeconómica: Análise do Impacto Covid-19” na Quarta-feira.

A Ordem dos Economistas assinala que Portugal deverá aumentar a competitividade com o objectivo de atrair investimento e capital em detrimento de um aumento da dívida pública.

“Para tal, um bom ponto de partida, seria uma reforma ao nível do sistema fiscal, que contemple medidas mais favoráveis ao investimento, como por exemplo uma redução do



IRC de modo a captar melhores empregos, maior produtividade e mais conhecimento”, exemplifica, indicando ainda “medidas que diminuam a desigualdade, aumentando, por exemplo, a progressividade do sistema fiscal e reduzindo o ónus sobre a criação de riqueza e transferindo essa carga fiscal para novas formas de tributação, tal como tantos outros paí-

ses europeus já estão a fazer”.

Volta a defender reformas na Administração Pública” adaptando-a às novas tecnologias e necessidades, a Segurança Social e o funcionamento de serviços essenciais como a Justiça, a qual tem de passar a ser mais célere e eficiente ou a Saúde, aproveitando o que há de bom quer no sector público, quer no sector privado”.

No relatório, realça ainda que a retoma da economia está dependente de vários factores como “a duração e da severidade do confinamento até que o surto esteja controlado (total ou parcialmente)”, a intensidade do surgimento de uma nova vaga, “a perda de capacidade produtiva” e os “efeitos e da retoma a nível do comércio internacional”.

Alerta, no entanto, que se o “desafio inicial é minimizar o número de falências indesejáveis, bem como manter o emprego e o rendimento das famílias”, num “segundo momento da epidemia, a economia poderá entrar em recessão, convertendo aquele que era um problema de liquidez num eventual problema de solvabilidade”. Destaca, assim, a importância da resposta europeia e de “respostas directas aos sectores mais afectados”.

Espanha está a trabalhar com Portugal para criar novo apoio social europeu, anuncia Iglesias



O segundo Vice-presidente do Governo espanhol anunciou ontem que o rendimento vital mínimo vai ser aprovado em Conselho de Ministros “nos próximos dias”. Pablo Iglesias, num discurso no Senado, avançou ainda que está a trabalhar com outros países europeus, entre os quais Por-

tugal e Itália, para que uma solução destas a nível europeu.

“É um passo histórico no sistema de protecção”, referiu o Ministro dos Direitos Sociais e da Agenda 2030, na Comissão de Direitos Sociais, em declarações divulgadas pela agência noticiosa Efe.

O Rendimento Social de Inserção “à espanhola” será um novo benefício não contributivo da Seguridade Social que garante a todas as pessoas em situações vulneráveis um rendimento mínimo para viverem. O diploma que o estabelece em Espanha entrará em vigor assim que for aprovado, o que acontecerá ainda este mês de maio, segundo o governante espanhol.

Pablo Iglesias adiantou ainda, na Câmara Alta, que o Governo espanhol “luz verde” à Lei de Protecção da Infância, aproveitando ainda para reforçar a necessidade de uma “taxa de reconstrução” – i.e. um impostos para grandes fortunas no país – devido aos “privilégios fiscais inaceitáveis” que existem naquela “democracia avançada”.

“A Constituição espanhola tem dispositivos de protecção social que podem representar o denominador mínimo comum para todas as forças políticas, independentemente das críticas que possa haver. Temos uma Constituição inspirada no constitucionalismo social europeu do pós-guerra”, afirmou o Ministro, de acordo com o ABC.



	1 EUR	em EUR
Argentine Peso	72.990695	0.013700
Australian Dollar	1.678749	0.595682
Bahraini Dinar	0.405713	2.464794
Botswana Pula	13.106125	0.076300
Brazilian Real	6.387463	0.156557
British Pound	0.884580	1.130480
Bruneian Dollar	1.538725	0.649889
Bulgarian Lev	1.955830	0.511292
Canadian Dollar	1.519950	0.657916
Chilean Peso	887.441654	0.001127
Chinese Yuan Renminbi	7.655926	0.130618
Colombian Peso	4260.270356	0.000235
Croatian Kuna	7.572622	0.132055
Czech Koruna	27.627267	0.036196
Danish Krone	7.457441	0.134094
Emirati Dirham	3.962720	0.252352
Hong Kong Dollar	8.346003	0.119560
Hungarian Forint	354.378483	0.002822
Icelandic Krona	158.295227	0.006317
Indian Rupee	81.521767	0.012267
Indonesian Rupiah	16082.394696	0.000062
Iranian Rial	45367.145767	0.000022
Israeli Shekel	3.827322	0.261279
Japanese Yen	115.588015	0.008651
Kazakhstani Tenge	457.110612	0.002188
Kuwaiti Dinar	0.333604	2.997562
Libyan Dinar	1.530646	0.653319
Malaysian Ringgit	4.682679	0.213553
Mauritian Rupee	43.177676	0.023160
Mexican Peso	26.111353	0.038298
Nepalese Rupee	131.046241	0.007631
New Zealand Dollar	1.806624	0.553518
Norwegian Krone	11.047214	0.090521
Omani Rial	0.414885	2.410306
Pakistani Rupee	172.926738	0.005783
Philippine Peso	54.536966	0.018336
Polish Zloty	4.565034	0.219056
Qatari Riyal	3.927651	0.254605
Romanian New Leu	4.837334	0.206725
Russian Ruble	79.718089	0.012544
Saudi Arabian Riyal	4.046344	0.247137
Singapore Dollar	1.538725	0.649889
South African Rand	20.037282	0.049907
South Korean Won	1328.329430	0.000753
Sri Lankan Rupee	202.859700	0.004930
Swedish Krona	10.632160	0.094054
Swiss Franc	1.050610	0.951828
Taiwan New Dollar	32.308272	0.030952
Thai Baht	34.615758	0.028889
Trinidadian Dollar	7.285684	0.137255
Turkish Lira	7.498075	0.133368
US Dollar	1.079025	0.926763
Venezuelan Bolivar	10.776763	0.092792

Municípios com excedente orçamental de 568 milhões de euros



Os municípios tiveram um excedente orçamental de 568 milhões de euros em 2019, mais 112 milhões de euros do que no ano anterior, mas este aumento foi menos de metade do que o estimado pelo Ministério das Finanças no Orçamento do Estado para 2019 (OE2019).

A análise é do Conselho das Finanças Públicas, no relatório sobre a evolução orçamental da administração local no ano passado, publicado ontem.

No OE2019, as Finanças previam um saldo de 733 milhões de euros para a Administração Local, um aumento de 278 milhões de euros face ao ano anterior, mas a variação ficou abaixo do previsto.